

Mulheres religiosas nos espaços populares de Joinville: novos caminhos de resistência, solidariedade e transformação¹

Fernanda Mara Borba, UNIVILLE

fimdofim@gmail.com

Janine Gomes da Silva, UNIVILLE

janine.gomes@univille.net

Introdução

Na história e desenvolvimento da vivência da vida religiosa, mulheres e homens têm diferentes representações, pois a sociedade e Igreja os tratam de forma diferenciada e esperam delas e deles comportamentos distintos. Quando se fala em religiosos, refere-se a homens, com experiências e práticas diferentes das mulheres religiosas, devido ao lugar que ocupam em suas instituições. Mas estas mulheres não se passam por passivas receptoras deste discurso e seguidoras fiéis de práticas determinadas por eles, assim narra Irmã Regina:

Dentro da minha vocação, como mulher como vou me relacionar? O meu ser mulher não é inferior ao ser homem, como religiosa. Porque muitas vezes a religiosa foi vista como “mão-de-obra barata” dentro das Paróquias e nós não somos “mão-de-obra barata”, porque a religiosa, assim como o sacerdote, também é preparada e formada.²

No contexto da reforma da Igreja, a vida religiosa feminina sofreu grandes mudanças, na qual a instituição católica recebeu influências culturais diversificadas – indígena, africana e europeia – permitindo o desenvolvimento de uma religião pouco ortodoxa e clerical. A necessidade de um público dócil aos novos regimentos fez das mulheres alvo privilegiado da ação da Igreja, que desenvolveu projetos específicos dirigidos à população feminina católica. Assim, no século XIX em um contexto nacional: “Atividades ditas como necessárias à comunidade foram vinculadas às religiosas femininas, em instituições ligadas à educação, saúde e assistência social...”³

¹ Este trabalho é um desdobramento dos Projetos de Iniciação Científica “Passividade, transgressão e criatividade: a vida religiosa feminina em Joinville” e “Da clausura às ruas: a presença de mulheres religiosas nos espaços populares de Joinville”, orientados pela Professora Doutora Janine Gomes da Silva do Departamento de História – UNIVILLE. Integram o Grupo de Pesquisa “Gênero e Memória” e são financiados pelo FAP/UNIVILLE. As considerações apontadas neste trabalho foram parcialmente apresentadas na Sessão Temática 8 – Maternidade e Feminilidade do 3º Encontro Anual do Núcleo de Estudos em História Oral – USP: “Desafios e Perspectivas”, em 2008.

² CANDIDO, Irmã Regina Aparecida. Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Joinville: SC, 2008. Entrevista concedida ao Projeto “Passividade, transgressão e criatividade: a vida religiosa feminina em Joinville”.

³ NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p 491.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Com o objetivo de incorporá-las nessas ações, criaram-se associações femininas e movimentos religiosos, com a pretensão de diminuir ou anular o poder do papel masculino na Igreja – essas iniciativas as beneficiaram no campo da educação e na criação de associações assistencialistas.

A fim de se discutir a presença de mulheres religiosas na cidade de Joinville, procurou-se analisar, com o aporte da metodologia da História Oral, a relação entre memórias e narrativas de mulheres religiosas, suas histórias e experiências nos diferentes lugares, períodos e suas práticas cotidianas vivenciadas em Joinville, contribuindo com a formação de acervos orais e ampliando os estudos relacionados com a perspectiva de gênero na cidade⁴. Entretanto, para a realização deste objetivo principal, foi necessário alcançar outros relacionados, tais como: a) perceber como são tematizados os modos de vivenciar o cotidiano de religiosas e suas práticas no meio em que vivem, bem como, se estas entendem tais maneiras como integrantes da memória, da identidade e da cultura da cidade; b) problematizar como diferentes mulheres religiosas narram às transformações ocorridas em Joinville no decorrer do século XX; c) traçar um paralelo com as situações enfrentadas na atualidade, percebendo as situações culturais e sociais enfrentadas outrora; e) perceber as narrativas de mulheres que conviveram e convivem com religiosas, suas experiências e práticas nas diferentes instituições e, f) a partir das entrevistas realizadas, criar e organizar as fontes orais, relacionando memória, gênero e cidade, possibilitando novas fontes de pesquisa para projetos relacionados, principalmente, com a perspectiva de gênero na religião, na cidade de Joinville.

Ao longo este trabalho, problematizou-se a presença das religiosas em diferentes espaços da cidade durante o século XX, e, trabalhando com essa perspectiva e visando a presença dessas mulheres na cidade, foram realizadas entrevistas orais com religiosas de diferentes etnias e congregações, nascidas, preferencialmente, antes da década de 1950, abordando suas práticas cotidianas, além de entrevistas com mulheres que vivem na cidade de Joinville e que se prontificaram a contar histórias sobre estas vivências⁵. Pois, ao trabalhar com a memória coletiva, positavam-se os laços de convivência e as memórias de seus membros, sofrendo “vicissitudes” da evolução deles⁶. Estas carregam marcas, trajetórias de vida, revelam singularidades e subjetividades, refazem, reconstroem e repensam com imagens e idéias de hoje, as experiências do

⁴ Para tanto, algumas leituras foram necessárias. Sobre religiosas, ver: ALGRANTI (1993); LEITE (1984) e (NUNES, 1997). Sobre a cidade: FACHINI; PEDRINI (2000); FONTOURA; SILVA (1997); GUEDES (1996) e (2005); HERKENHOFF (1987) e TERNES (1993). Sobre memória e metodologia da História Oral: AMADO; FERREIRA (1998), BOSI (1995); LE GOFF (1997) e, PORTELLI (1997). E sobre perspectivas de gênero, ver: PEDRO (1994); SCOTT (1998) e (1990).

⁵ Na primeira pesquisa, realizada em 2008, foram realizadas dez entrevistas orais, com mulheres religiosas e educadoras da cidade de Joinville. Porém optou-se apresentar neste trabalho apenas fragmentos de algumas memórias.

⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 411.

passado⁷. A partir das narrativas, problematizaram-se histórias do cotidiano, dos espaços e lugares, das práticas relacionadas à saúde, trabalho, educação, atividades culturais e religiosidades, contribuindo com outros olhares para suas representações e diferentes visões, identificações com os grupos trabalhados e suas vivências dentro do contexto da cidade.

“Espaços de Caridade”: mulheres religiosas em instituições da cidade de Joinville

A religião sempre se fez presente na cidade de Joinville, assim como muitas do Estado de Santa Catarina e, já no início, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo tomou para si o encargo da assistência religiosa aos imigrantes, na qual a Direção da Colônia Dona Francisca aconselhou a formação de uma Comunidade Religiosa⁸. No início do século XX, com um acelerado desenvolvimento na cidade, tornou-se necessário estabelecer serviços de cultos, doutrinação preparatória à confirmação e aulas bíblicas que foram inicialmente dirigidos por religiosas. Surgem assim as Congregações de Vida Ativa, que diferente das religiosas enclausuradas, têm alguma forma de atuação social, vindo à tona a imagem da Irmã da caridade, atuante e dedicada aos necessitados, com trabalho educativo nos colégios, cuidado dos doentes, crianças e idosos em orfanatos e asilos.

Com esta perspectiva e análise sob Joinville, verificou-se diferentes espaços que as beneficiaram na cidade e que se fazem presentes até a contemporaneidade. O Hospital Municipal de Caridade, atual Hospital São José, foi construído em 1906 pela Prefeitura Municipal de Joinville e sua caracterização de instituição caritativa foi construída com o envolvimento das Irmãs da Divina Providência e identificado, simbolicamente, como instituição filantrópica:

Quão nobre e piedosa é a missão das Irmãs de Caridade! Santas mulheres que pareceram descidas do céu para amenizarem o sofrimento dos desesperados; sem pátria, sem família, sem prazeres nem ambições, com o único fito de espalhar benefícios sobre a terra. O moço, o velho, o doente, o viajante, vêm nelas o anjo da paz e da consolação.⁹

Outras instituições de assistência médica e hospitalar foram também pesquisadas: a Casa de Saúde Dona Helena, atualmente Hospital Dona Helena, fundado em 1921, destinava-se a “Asilo

⁷ Ibid., p. 55.

⁸ A história de Joinville costuma ser contada a partir da sua “fundação”, com a chegada dos primeiros imigrantes europeus em 1851. Para promover a colonização das terras na Província de Santa Catarina, providenciou-se a criação de uma companhia colonizadora [...] e aproveitando a existência de um grupo de alemães que desde 1845 tentavam fundar uma sociedade emigratória, surgiu a Sociedade Hamburguesa de Colonização de 1849. (GUEDES, 2005, p. 15).

⁹ Discurso de Inauguração do Hospital. Gazeta de Joinville. 04/06/1906. (apud GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e sociedade:** a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville: 1852-1971. Joinville, SC: Movimento & Arte, 1996. p. 11)

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

de Velhos e Inválidos” e pertencia à Associação de Socorros de Senhoras Evangélicas de Joinville com o serviço das Irmãs Diaconisas da Alemanha, tornando assistência destacável na cidade. O Lar de Idosos Betânia, inaugurado em 2003, foi constituído pela Diocese de Joinville ao pensar na ausência de uma instituição de auxílio aos idosos da cidade, sob a responsabilidade das Irmãs Servas do Senhor, Congregação de São Paulo, que acolhem e cuidam de grupos de idosos de Joinville. Presente na cidade, a atual Maternidade Darcy Vargas, foi fundada em 1947 por iniciativa do Governo do Estado e sob o serviço das Irmãs Beneditas Franciscanas. A importância que estas mulheres adquiriram ao longo dos anos está marcada nas lembranças dos funcionários que trabalharam sob sua liderança:

Olha! As freiras eram muito exigentes, mas a gente sempre deixava, e daqui a pouco elas eram carinhosas. [...] Só que eles eram exigentes... Tipo família, você não tinha que escolher serviço, se você estava sem ocupação, elas te ocupavam.¹⁰

Em instituições educacionais, religiosas e religiosos detinham, e detêm, grande força no país. Em Joinville destacam-se os espaços: o Colégio dos Santos Anjos, fundado em 1907 e sob administração das Irmãs da Divina Providência, o Centro Educacional e Creche Conde Modesto Leal, fundado em 1960 e sob regência das Irmãs Salvatorianas e a Sociedade Bakhita, de 1961 e administrado pelas Irmãs Canossianas. Grande parte da história destas instituições foi constituída pela forte presença destas religiosas e recebem uma grande aceitação da comunidade:

Trabalhamos muito em cima dos valores. [...] E muitos pais nos procuram por esse motivo, ter as religiosas à frente do trabalho onde eles sabem que essas questões de valorização do ser humano, humildade e justiça, vão estar presentes. A presença da religiosa em uma instituição traz esses caminhos...¹¹

Analisando as ações sociais de mobilização destas mulheres, alcança-se maior presença e reconhecimento no espaço religioso, frente à direção de colégios, hospitais e obras de caridade, que acabam por criar certa autonomia. Nas instituições de propriedade das congregações, visíveis em Joinville, elas administram seus recursos financeiros e direcionais, mas o enquadramento eclesial limitou, de certa forma, as possibilidades que esses espaços de sociabilidade feminina, criados pela Igreja, poderiam abrir, em termos de inserção na sociedade e mudança do quadro social.

¹⁰ Marinha Costa do Vale. Entrevista concedida em 05/03/1997. (apud FONTOURA, Arsele de Andrade de; SILVA, Janine Gomes da. **Uma História de Amor pela Vida** – Álbum Comemorativo aos 50 anos da Maternidade Darcy Vargas. Joinville: Movimento e Arte, 1997. p. 33)

¹¹ VEIGA, Luciene Mari Fernandes. Depoimento [out.. 2008]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Joinville: SC, 2008. Entrevista concedida ao Projeto “Passividade, transgressão e criatividade: a vida religiosa feminina em Joinville”.

“Das clausuras às ruas”: as transformações das vivências religiosas.

O século XX foi um período de expansão e estabilidade em todo o país, a sociedade brasileira passou por muitas transformações, notadamente econômicas, com o processo de industrialização e urbanização. A Igreja sofreu também grandes alterações, propiciando uma reorientação de sua ação na comunidade e uma reinterpretação do seu papel social e, querendo que as religiosas apropriem-se desse novo discurso, propõe-se mudanças estruturais no campo da prática, adaptando-se àquele novo tempo. Nesse período, as transformações promovidas dirigiam-se à reorganização interna das congregações e comunidades. Porque até então:

Era uma vida muito fechada e de observância, viviam àquilo que se dizia “Pense em você”. “Quem pensava na minha vida era o Superior...” era muito dependente. Não podia falar, tinha o silêncio. [...] Com a abertura do Concílio, a vida religiosa passa a se inserir mais e a caminhar... [...] A pensar uma vida crítica. [...] Abriu muito para o mundo, na questão da inserção, do relacionamento, as amizades, mais diálogo, partilha... A vida comunitária.¹²

Através das narrativas, percebe-se que as ações das religiosas também sofreram alterações, determinadas pelos interesses da Igreja e por transformações sociais que possibilitaram estas condições. Enquanto predominava-se uma visão religiosa, foi possível às religiosas exercerem tarefas que não estavam tecnicamente habilitadas – professoras, enfermeiras ou assistentes sociais. A perspectiva presente exigiu um preparo profissional e habilitação técnica para o exercício destas profissões; o Estado tornara-se mais presente no campo social, dificultando para as religiosas manterem seu trabalho nas diferentes obras a que se dedicavam. Em Joinville, na década de 1970, as religiosas perdem espaço nas Instituições de Assistência Médica e Hospitalar, pois após a criação da Fundação Hospitalar de Santa Catarina, funcionários foram contratados com atividades mais especializadas, adaptando-se aos padrões estabelecidos no país para o funcionamento destas instituições e o trabalho destas mulheres tornou-se mais limitado¹³. Essas mudanças ainda permanecem nas memórias, como recordou a Irmã Arlete ao falar sobre as transformações na cidade e em suas experiências:

Foram muito grandes! A Congregação não pôde satisfazer as exigências da saúde no país. E o preparo que elas tinham não era aquilo que se exigia. [...] Estamos com o número de Irmãs idosas muito grande e são as que atuavam... Uma dificuldade

¹² CANDIDO, Irmã Regina Aparecida. Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Joinville: SC, 2008. Entrevista concedida ao Projeto “Passividade, transgressão e criatividade: a vida religiosa feminina em Joinville”. O Concílio Vaticano II, XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, aconteceu sob os papados de João XXIII em 1962 e de Paulo VI em 1965. Quando há necessidade, a Igreja e as autoridades eclesiásticas convocam um Concílio para discutir e regulamentar assuntos referentes à doutrina e à disciplina.

¹³ GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. Op cit. p. 115.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

também é para manter as instituições [...] temos que fechar os colégios ou vender para entidades ou passar para outras administrações.¹⁴

A Igreja então passa a incentivar e encorajar as religiosas a buscarem profissionalização e formação, resolve ampliar o campo de atuação das mesmas, solicitando que integrassem os trabalhos pastorais, convocando-as para cargos e responsabilidades antes inatingíveis. Essa ampliação provocou uma disseminação de equipes de religiosas por todo o país, grupos foram constituídos e formaram “pequenas comunidades de trabalho pastoral” em várias cidades¹⁵. Tal descentralização fora um fator importantíssimo para a nova fase que estava por vir: a inserção das religiosas nos “meios populares”, foco da pesquisa atual. Impôs-se uma nova consciência de que, em uma sociedade injusta e desigual, necessitava-se a opção pelas populações empobrecidas, acentuou-se a inserção de religiosas em movimentos sociais ou organismos civis que se articulavam em função da inclusão social e da superação de violências em diversas formas, participando em pastorais, nas comunidades eclesiais e paróquias ou dioceses.

Assim, principalmente a partir da década de 1970, parte da Igreja Católica brasileira afirmou que o contexto daquele momento necessitava passar por caminhos de resistência, solidariedade e transformação. É nessa época, de efervescência de movimentos sociais libertários que influenciaram diversos setores da Igreja e com a sua integração ao movimento civil de resistência à Ditadura Militar, surge a Teologia da Libertação – pensamento teológico preocupado com uma análise sociológica da realidade, propondo uma reflexão da fé confrontada com a injustiça realizada contra os pobres. A implementação dessa teologia deu-se por intermédio das “CEBs” (Comunidades Eclesiais de Base), que representavam a prática da libertação popular e a Teologia da Libertação, a teoria desta prática¹⁶. As CEBs são desenvolvidas, sobretudo, nas periferias das metrópoles e nas áreas rurais mais isoladas, em meio às camadas mais pobres da população e, em grupos, promovem ações a partir de uma releitura da Bíblia, participam dos movimentos sociais, lutam pela igualdade e pela justiça nas relações sociais, buscando libertar os pobres, religiosa e sócio-economicamente. Nesse sentido, muitas mulheres religiosas abdicaram do conforto que possuíam em colégios e outros locais e, em nome da libertação dos pobres, passaram a enfrentar condições de vida precárias e duras. A doação, o comprometimento pessoal e as lutas

¹⁴ BORBA, Irmã Nair. Depoimento [ago. 2008]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Barra Velha: SC, 2008. Entrevista concedida ao Projeto “Passividade, transgressão e criatividade: a vida religiosa feminina em Joinville”.

¹⁵ NUNES, Maria José Rosado. Op. cit. p. 502

¹⁶ FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Dalila. **CEBs: 25 anos de caminhada na Paróquia Cristo Ressuscitado – Joinville.** Joinville: Movimento e Arte, 2000. p. 30.

sociais passaram a ser elementos primordiais e essenciais, ou seja, os interesses da Igreja e das congregações “deveriam estar subordinados ao objetivo maior da “libertação dos pobres””¹⁷.

O processo de inserção, embora raramente tenha sido com todas as religiosas, foi amadurecendo e se afirmando, alguns aspectos foram mudados e novos foram incorporados: a politização e a crítica, o social e o comunitário, em espaços de pobreza e exclusões emergentes, surgindo uma nova consciência e valorização da pluralidade na sociedade e na Igreja. A Igreja desencadeou um grande processo de revisão e revigoramento, mas as necessidades iam além de uma simples renovação espiritual, lançou-se um olhar crítico sobre o contexto do Brasil e sobre sua própria interação da vida religiosa consagrada nestes meios. Incorporou esta inserção entre suas prioridades e, entre as constatações que fez, encontrou a vida religiosa passando por significativas mudanças nos âmbitos pessoal, comunitário e institucional, experimentando crise de identidade, desafiada a dar respostas aos novos apelos e a buscar alternativas de solidariedade. Portanto, enfatizou-se uma vida religiosa solidária com os empobrecidos e excluídos, potencializou-se o testemunho da partilha e o anúncio missionário, refletindo a vocação como um espaço de novas relações, especialmente para as sócio-econômicas e culturais, étnicas e de gênero.

Em Joinville, os grupos nos “espaços populares” desenvolvem um trabalho demasiado importante e significativo. Além das CEBs, diversificadas pastorais, o CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos) e outras associações também desenvolvem projetos voltados às camadas menos favorecidas da comunidade. As CEBs em Joinville iniciaram em 1973, no bairro Floresta, zona sul e na época considerada periferia da cidade, com agentes de pastoral e uma proposta de inserir-se no meio popular, entre os mais despossuídos. Com os anos e a inserção de mais colaboradores, passaram a desenvolver diversas atividades e serviços comunitários e, para responder aos crescentes desafios enfrentados, no mundo do trabalho, urbano e rural, com o compromisso de transformar a realidade local, foram criadas diversas pastorais. Também a viabilidade da criação de um Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) na cidade foi estudada e discutida em Conselhos Comunitários e Assembléias Paroquiais e, como terceiro do país e primeiro do extremo sul, em 1979, fundou-se o Centro de Defesa dos Direitos Humanos em Joinville. Essa iniciativa deu-se pela convicção da necessidade desse serviço à vida e à dignidade do povo oprimido da cidade e região¹⁸ e veio dar amparo e respaldo para as ações das CEBs, como espaço e instrumento de conscientização e mobilização popular. Além destes espaços, foram criadas também feiras comunitárias, atuações em movimentos populares frente ao desemprego, a luta pela terra e a participação no movimento sindical, Conselhos Comunitários definindo e

¹⁷ NUNES, Maria José Rosado. Op. cit. p. 506.

¹⁸ FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Dalila. Op. cit. p. 73

decidindo as ações nos bairros, cozinhas comunitárias, comitês e missões populares, ambulatórios e outros espaços até então inexistentes. Os processos introduzidos foram transformações pertinentes, ao analisá-los, buscou-se um olhar para estas representações, focalizando as mulheres religiosas como objeto de estudo e seus processos de formação na sociedade.

Considerações Finais

Enquanto trabalha-se com as questões de gênero e suas relações culturais e sociais, várias são as reações percebidas na sociedade. Em relação à Joinville, especialmente no campo da História, destaca-se que vários são os trabalhos explorados, trazendo diferentes histórias sobre a cidade. Porém, analisando produções a respeito da religião na cidade, sua constituição e desenvolvimento, poucas são as temáticas relacionadas às religiosas e seus trabalhos junto à comunidade joinvilense:

Não tem, não se encontra. [...] Por um desinteresse, por não valorização talvez, da religiosa. [...] A gente não faz para isso, mas não existe uma consideração nesse sentido. [...] Ou é um material antigo que já não corresponde hoje ou não é realmente a vida religiosa, é deturpada...¹⁹

É nesse sentido, que se procura fazer com que “uma comunidade seja ouvida, pondo um fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas...”²⁰. As memórias e narrativas de mulheres religiosas revelam vivências e experiências singulares pouco tematizadas, estudá-las contribui para analisar e pensar como possibilidades de compreender as relações de gênero. Ao problematizar suas histórias nos diferentes espaços de Joinville, percebeu-se que as transformações ocorridas na Igreja e na sociedade foram significativas nas suas vivências e que as práticas cotidianas dessas mulheres também foram modificadas, bem como as formas de expressão e modos de viver, de religiosas que viveram e vivem em Joinville.

¹⁹ CANDIDO, Irmã Regina Aparecida. Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. Joinville: SC, 2008. Entrevista concedida ao Projeto “Passividade, transgressão e criatividade: a vida religiosa feminina em Joinville”. Esta narrativa aponta a importância e necessidade de novos estudos, possibilitando outras questões não abordadas pelas “fontes oficiais”.

²⁰ PORTELLI, Alessandro. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO – Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, abr. 1997. p. 31.